

450

QUESTÕES

COM RESPOSTAS

IBAM
E OUTRAS INSTITUIÇÕES



SÓ 
QUESTÕES

ISS GUARULHOS

AUDITOR(A) FISCAL VI

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico e Matemática Financeira
- ▶ Tecnologia da Informação, Análise de Dados e LGPD
- ▶ Direito Administrativo
- ▶ Direito Constitucional
- ▶ Direito Tributário
- ▶ Direito Empresarial
- ▶ Direito Penal

- ▶ Direito Civil
- ▶ Legislação Tributária Municipal
- ▶ Tributos Municipais
- ▶ Reforma Tributária
- ▶ Contabilidade Fiscal
- ▶ Auditoria Fiscal
- ▶ Processo Administrativo Tributário e Estrutura Administrativa Tributária Municipal





AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





ISS GUARULHOS - SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS - SÃO PAULO

GABARITANDO
450 Questões Gabaritadas
AUDITOR(A) FISCAL VI

EDITAL DE ABERTURA N°.03/2026-SGE01

CÓD: OP-140JL-26
7908403599219

ÍNDICE

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Raciocínio Lógico e Matemática Financeira	29
3. Tecnologia da Informação, Análise de Dados e LGPD	37
4. Direito Administrativo	43
5. Direito Constitucional	49
6. Direito Tributário.....	57
7. Direito Empresarial	67
8. Direito Penal	75
9. Direito Civil.....	85
10. Legislação Tributária Municipal	91
11. Tributos Municipais.....	99
12. Reforma Tributária	107
13. Contabilidade Fiscal	117
14. Auditoria Fiscal	125
15. Processo Administrativo Tributário e Estrutura Administrativa Tributária Municipal	133

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (IBAM - 2023)

FAZ SENTIDO NÃO TER FILHOS DEVIDO À CRISE CLIMÁTICA? 4 PONTOS PARA REFLETIR

Em 2009, o estatístico Paul Murtaugh e o cientista climático Michael Schlax calcularam que ter apenas um filho em um país com altas emissões, como os Estados Unidos, acrescentaria cerca de 10 mil toneladas de CO₂ à atmosfera. Isso é cinco vezes as emissões que um pai ou uma mãe produz, em média, em toda a sua vida.

A razão pela qual esse número é tão grande é os filhos provavelmente terão filhos, perpetuando as emissões por muitas gerações.

De acordo com um argumento proeminente de 2002, devemos pensar na procriação em analogia ao consumo excessivo. Assim como o consumo excessivo, a procriação é um ato no qual você conscientemente provoca mais emissões de carbono do que é ético. Se condenarmos o consumo excessivo, deveríamos ser consistentes e desaprovar a procriação também.

Dado o potencial impacto climático de se ter um único filho, alguns especialistas em ética argumentam que existem limites éticos sobre o tamanho que nossas famílias devem ter. Tipicamente, eles propõem que não devemos ter mais de duas crianças por casal, ou talvez não mais de uma. Outros até argumentaram que, nas circunstâncias atuais, pode ser melhor não ter filhos.

Essas ideias ganharam força por meio dos esforços de grupos ativistas, como o movimento *BirthStrike* e a instituição de caridade britânica *Population Matters*.

Os eticistas climáticos concordam amplamente que a crise climática não tem precedentes e exige que repensemos o que possa ser eticamente exigido dos indivíduos. Mas propor limites éticos ao tamanho de uma família parece desagradável para muitos devido a uma série de preocupações.

Martin Sticker e Félix Pinkert. Disponível em [<https://revista-galileu.globo.com/sociedade/comportamento/noticia/2023/08/faz-sentido-nao-ter-filhos-devido-a-crise-climatica-4-pontos-para-refletir.ghtml>].

Consultado em 30.8.2023.

A lacuna presente no segundo parágrafo do texto será corretamente preenchida (tendo como base a gramática normativa) por:

- (A) por quê.
- (B) porque.
- (C) porquê.
- (D) por que.

2. (IBAM - 2025)

O texto seguinte servirá de base para responder à questão.

A onça vegana e o galo machista

Imagino que, daqui a milhares de anos, quando a Terra for um deserto, exploradores de outras galáxias estudarão nossa história. Descobrirão que, entre os séculos XX e XXI, o planeta foi inundado por desinformação e conceitos fantasiosos. A mídia da época propagou equívocos e a estupidez tomou conta de lares, escolas e discursos políticos. Essa avalanche afetou a inteligência e o discernimento, marcando o declínio da civilização terráquea. Um triste registro de nossa decadência.

Vivemos sob uma onda de ingenuidade e arrogância. Exemplo disso é a reação a uma cena natural no Pantanal: uma onça devorando uma anta. Algo comum, já que onças estão no topo da cadeia alimentar, gerou censura e revolta online. Outro caso inusitado foi um vídeo de adolescentes portuguesas denunciando o comportamento de um galo como machista e opressor ao bicar e copular com as galinhas. Alegavam que o ato configurava “estupros machistas” e exigiam reação humana.

Surpreendentemente, as reações eram sérias, o que me levou a refletir sobre o afastamento da realidade. Muitos escolhem viver em uma bolha idealizada, onde o mal não existe e tudo é fofo. Essa visão ignora a complexidade do mundo natural, onde conflitos e relações predador-presa são essenciais e deveriam ser estudados, não censurados.

O planeta, a natureza e suas configurações originais existem há 4,5 bilhões de anos. Já nós, humanos, chegamos aqui há apenas 300 mil. Se a nossa lamentável sina se resume a interferir na



AMOSTRA

ordem natural com arrepios e arrogâncias intempestivas disfarçadas de “ações para o bem do planeta e da humanidade”, já vamos indo bem, esculhambando tudo com pretensas boas intenções.

Quem sabe o planeta – esse organismo vivo chamado Gaia – já não está dando sinais de irritação, remexendo-se em furacões, enchentes, terremotos e incêndios para livrar-se da prepotência dessa espécie insolente chamada *Homo sapiens*?

Fernando Fabbrini - Texto Adaptado de <https://www.otempo.com.br/opiniaio/fernando-fabbrini/a-onca-vegana-eo-galo-machista-1.2848837>

Sobre o uso da acentuação gráfica nas palavras em destaque no trecho: “Essa avalanche afetou a **INTELIGÊNCIA** e o discernimento, marcando o **DECLÍNIO** da civilização

TERRÁQUEA”, é **correto** afirmar que:

- (A) recebem acento gráfico por serem paroxítonas terminadas em ditongo crescente (proparoxítonas aparentes).
- (B) uma dessas palavras não deveria receber acento gráfico, pois não segue as novas regras do Acordo Ortográfico.
- (C) duas palavras recebem acento gráfico por serem proparoxítonas terminadas em ditongo aberto.
- (D) recebem acento gráfico por serem oxítonas terminadas em vogal aberta.

3. (IBAM - 2023)

VIRGINIA NORWOOD, ‘A MÃE’ DOS SATÉLITES LANDSAT QUE REVOLUCIONARAM A OBSERVAÇÃO DA TERRA VISTA DO ESPAÇO

Quando Virginia T. Norwood cursava o Ensino Médio, uma conselheira vocacional recomendou que ela seguisse a carreira de bibliotecária.

A adolescente tinha outras ideias e candidatou-se a uma vaga em uma das universidades de maior prestígio dos Estados Unidos para estudar física e matemática. Hoje com 95 anos, Norwood desafiou barreiras e preconceitos para tornar-se uma engenheira visionária, respeitada pelos seus projetos inovadores e sua capacidade de resolver problemas. Uma de suas criações mais famosas é o instrumento que possibilitou, em 1972, o lançamento do primeiro satélite do programa Landsat, que observa a Terra de forma contínua. Meio século depois, os satélites Landsat continuam fornecendo

dados valiosos sobre o desmatamento, expansão de cidades e retrocesso de glaciares, entre muitos outros.

Desde pequena, ela gostava de jogos de lógica - um interesse que ela compartilhava com seu pai, que era oficial do exército. Foi do pai que ela ganhou, com nove anos de idade, sua primeira régua de cálculo. “Não consigo recordar nenhum momento em que os números não me fascinaram”, afirma Norwood. “No primeiro ou segundo ano, quando aprendi a subtrair, vi que meu pai subtraía de forma diferente e o fato de que havia diferentes formas de pensar sobre a subtração me chamou muito a atenção.” Logo depois do ensino médio, em 1944, Norwood entrou no Instituto de Tecnologia de Massachussets (MIT, na sigla em inglês). Naquela época, não havia dormitórios femininos no campus universitário. As mulheres só podiam almoçar nas residências estudantis se fossem convidadas por alunos masculinos. Mas essas limitações não reduziram o entusiasmo de Norwood pelo aprendizado. Ela se formou no MIT com 20 anos de idade. No dia seguinte à sua graduação, a jovem casou-se com Larry Norwood, presidente do clube de matemática do MIT e estudante de pós-graduação da Universidade Yale, nos Estados Unidos. O desafio seguinte para a jovem seria encontrar trabalho. E ela logo se deparou com os obstáculos enfrentados por muitas outras mulheres.

Na Hughes Aircraft, Norwood era a primeira e única mulher entre os mais de 2 mil funcionários do departamento técnico. “Quando um membro do grupo de projeto de antenas da Hughes Aircraft Company preferiu sair da empresa a “reportar-se a uma mulher”, lembro que isso me deixou surpresa, mas não ofendida”, ela conta. “O que mais me surpreendeu foi que ele logo pediu para voltar.” “Depois disso eu era a opção óbvia para dirigi-lo”, ela conta, “mas me disse que ‘não estava disposto a nomear uma mulher chefe de departamento’.” “Isso me afetou tanto que procurei outra função dentro da Hughes. Deixei completamente a seção de mísseis e radar e entrei no novo grupo de espaço e comunicações, o que acabou sendo excelente para mim”, prossegue Norwood. “Por isso, em algumas vezes, essas dificuldades acabaram sendo oportunidades.” Apesar das dificuldades, Norwood encontrou um ambiente propício para inovar na

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA FINANCEIRA

1. (IBAM - 2025)

Considere os conjuntos $A = \{x \in \mathbb{Z} \mid -2 \leq x \leq 3\}$ e $B = \{x \in \mathbb{Z} \mid x \leq 0\}$. Logo, o conjunto $A \cap B$ é:

- (A) $\{-2, -1, 0\}$
- (B) $\{-2, -1\}$
- (C) $\{-2, -1, 0, 1\}$
- (D) $\{-1, 0, 1\}$

2. (IBAM - 2025)

Em uma escola, 30 alunos estão participando de aulas de reforço de Matemática e de Física, sendo que 19 alunos fazem aula de Matemática, 17 alunos fazem aula de Física. Quantos alunos estão nos dois cursos?

- (A) 6 alunos.
- (B) 8 alunos.
- (C) 11 alunos.
- (D) 14 alunos.

3. (IBAM - 2025)

Todos os estudantes matriculados em uma escola deveriam se inscrever em pelo menos uma, de duas atividades opcionais oferecidas pela escola. Ao fim das inscrições verificou-se que 250 estudantes se inscreveram na atividade A, 185 na atividade B e 60 nas atividades A e B. O número total de estudantes matriculados na escola é:

- (A) 375
- (B) 380
- (C) 385
- (D) 390

4. (IBAM - 2024)

Em um determinado período de uma faculdade, 40 estudantes se inscreveram em pelo menos uma das seguintes disciplinas: Cálculo Diferencial e Álgebra Linear. Ao final do período constatou-se que:

7 alunos foram reprovados nas duas disciplinas;
21 alunos foram aprovados em Cálculo Diferencial;
15 alunos foram aprovados em Álgebra Linear;
Portanto, o número de alunos aprovados apenas em Cálculo Diferencial é:

- (A) 12
- (B) 15
- (C) 18
- (D) 20

5. (IBAM - 2023)

O setor de assistência técnica de uma empresa será transferido de domicílio e a equipe será distribuída entre duas cidades do estado de São Paulo - Campinas e Sorocaba, conforme opção dos colaboradores selecionados e convidados. Assim, 24 deles escolheram a cidade de Campinas, 10 optaram por Campinas e Sorocaba e 18 escolheram Sorocaba. A quantidade de colaboradores que integrarão essa nova formação do setor de assistência técnica é:

- (A) 32
- (B) 34
- (C) 42
- (D) 52

6. (IBAM - 2025)

Na construção de um sobrado de 3 pavimentos (térreo, 1º e 2º andares), o térreo foi destinado à construção de um salão a ser utilizado como garagem desse imóvel, sendo esse pavimento com o formato retangular e dimensões de 12 metros de largura por 28 metros de comprimento.

Como a área destinada para garagem foi revestida com um piso cerâmico de placas quadradas, qual foi o número total de peças de piso utilizadas, sabendo que o objetivo era utilizar o menor número possível de peças de piso sem cortes e/ou sobras?

(Para efeito de cálculos admita que na colocação do piso não houve distanciamento entre as peças)

- (A) 36
- (B) 84
- (C) 52
- (D) 21

AMOSTRA

7. (IBAM - 2025)

O número 630 pode ser decomposto em fatores primos como:

- (A) $2 \cdot 3^2 \cdot 5 \cdot 7$
- (B) $2^2 \cdot 3 \cdot 5 \cdot 7$
- (C) $2 \cdot 3 \cdot 5^2 \cdot 7$
- (D) $2 \cdot 3 \cdot 5 \cdot 11$

8. (IBAM - 2023)

Uma pessoa está diante de um problema aritmético e sentiu a necessidade de identificar o número máximo de divisores de um número inteiro que lhe foi apresentado. Como o número em questão não era um número primo, pois nesse caso já saberia que o número de divisores é limitado a 2, recorreu a algumas técnicas de cálculo e, com uma delas que utiliza fatoração, identificou o que necessitava.

Com base nessas observações e sabendo que o número inteiro trabalhado pela pessoa foi o 4.320, podemos concluir que o número de divisores inteiros encontrados foi igual a:

- (A) 44
- (B) 46
- (C) 48
- (D) 50

9. (IBAM - 2025)

Durante a reforma de um jardim comunitário, os voluntários decidiram pintar um muro.

No primeiro dia, um grupo deles conseguiu pintar $\frac{1}{3}$ do muro. No segundo dia, esse mesmo grupo pintou $\frac{1}{6}$ do muro.

No terceiro dia, esse grupo terminou seu trabalho pintando $\frac{1}{4}$ do muro.

Qual fração total do muro esse grupo pintou nos três dias?

- (A) $\frac{2}{3}$ do muro.
- (B) $\frac{4}{7}$ do muro.
- (C) $\frac{3}{4}$ do muro.
- (D) $\frac{5}{7}$ do muro.

10. (IBAM - 2020)

O número de alunos matriculados no ensino médio de um determinado colégio é 30% superior ao número de alunos matriculados no ensino fundamental II.

Sabe-se que do número de alunos do fundamental II, $\frac{1}{4}$ estão matriculados no 6º ano, 20% no 7º ano, 0,3 no 8º ano e 35 alunos no 9º ano.

Sabendo-se ainda que no ensino fundamental I, 1º ao 5º ano, estão matriculados 94 alunos, conclui-se que o número total de alunos matriculados neste colégio é de:

- (A) 416
- (B) 423
- (C) 425
- (D) 432

11. (IBAM - 2020)

O tanque de combustível de um veículo, durante uma viagem, teve $\frac{5}{7}$ de sua capacidade, consumida. Sabendo que a capacidade do tanque de combustível é de 56 litros, e o veículo roda com gasolina, cujo valor do litro é de R\$ 4,49, o valor a ser gasto para encher o tanque de combustível do veículo será de:

- (A) R\$ 71,84.
- (B) R\$ 112,25
- (C) R\$ 157,15
- (D) R\$ 179,60

12. (IBAM - 2025)

Giulia tem uma confeitaria e recebeu uma remessa de açúcar dividida em 4 sacos, cada um contendo 12,5 kg, mas para organizar seu estoque de acordo com as porções usadas em cada receita, ela armazena o produto em pacotes de 250 gramas. Quantos pacotes de açúcar ela fez com a remessa que recebeu?

- (A) Ela fez 200 pacotes.
- (B) Ela fez 400 pacotes.
- (C) Ela fez 300 pacotes.
- (D) Ela fez 500 pacotes.

13. (IBAM - 2024)

Considere a expressão abaixo:

$$E = 0,1 \times 3 + 0,01 \times 10$$

A razão entre a décima e a centésima parte do resultado da expressão corresponde a:

- (A) 0,1
- (B) 0,4
- (C) 4
- (D) 10

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, ANÁLISE DE DADOS E LGPD

1. (IBAM - 2025)

No Brasil, a Lei Geral de Proteção aos Dados (LGPD) dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

De acordo com o art. 5º dessa Lei, o conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico, denomina-se:

- (A) banco de dados
- (B) banco distribuído
- (C) dados estruturados
- (D) dados anonimizados

2. (IBAM - 2025)

No Brasil, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção aos Dados (LGPD) – dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. De acordo com o art. 6º dessa Lei, as atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e diversos princípios, sendo um deles caracterizado como a utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.

Esse princípio é definido como:

- (A) transparência
- (B) adequação
- (C) prevenção
- (D) segurança

3. (IBAM - 2025)

No contexto da segurança da informação, atualmente a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) possui um papel de suma importância. Para os fins

dessa Lei, de acordo com o art. 5º, enquanto um termo define a pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento, outro define a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais. Esses termos são conhecidos, respectivamente, como:

- (A) titular e operador.
- (B) titular e controlador.
- (C) procurador e operador.
- (D) procurador e controlador.

4. (IBAM - 2024)

De acordo com texto da Lei Geral de Proteção de Dados, o conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico, é denominado:

- (A) banco de dados
- (B) dado anonimizado
- (C) dado pessoal sensível
- (D) sigiloso

5. (IBAM - 2024)

Correspondem às diretrizes dispostas na Lei Federal nº 13.709/2018, (Lei Geral de Proteção de Dados), pertinente proteção da privacidade e direitos fundamentais de liberdade, aplicáveis aos municípios, o que se descreve nos itens:

I. O princípio da finalidade disposto na Lei Geral de Proteção de Dados diz respeito a compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento.

II. A Lei Geral de Proteção de Dados não se aplica ao tratamento de dados pessoais para fins exclusivamente jornalísticos.

III. A liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião não está contemplada no rol de fundamentos da proteção de dados.

IV. A disciplina da proteção de dados pessoais tem como um de seus fundamentos a o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação.

- (A) I e II.
- (B) I e III.



AMOSTRA

- (C) II e IV.
- (D) I e IV.

6. (IBAM - 2024)

Considerando o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, (Lei Geral de Proteção de Dados), quanto aos tratamentos de dados pessoais, o princípio que garante aos titulares, informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comerciais e industriais é denominado:

- (A) necessidade
- (B) prevenção
- (C) qualidade
- (D) transparência

7. (IBAM - 2023)

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais:]

- (A) por pessoa natural ou pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
- (B) por pessoa jurídica de privado, com o objetivo de proteger o interesse nacional, a liberdade de expressão e a inviolabilidade da intimidade, aplicando-se, no que couber, às pessoas naturais.
- (C) pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com objetivo primário de salvaguardar os dados pessoais coletados no território nacional ou estrangeiro.
- (D) por pessoa física ou por pessoa jurídica de direito público ou privado sediada no país, tendo por fundamento, dentre outros, a proteção da soberania nacional e a autodeterminação informativa.

8. (IBAM - 2024)

Nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados, toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou

controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração é conceituado como:

- (A) consentimento
- (B) tratamento
- (C) autenticidade
- (D) anonimização

9. (IBAM - 2023)

De acordo com a sistemática constante da Lei Geral de Proteção de Dados, indique, dentre as alternativas abaixo, atividade que se insere no âmbito das atribuições do operador de dados.

- (A) Adotar providências e m face de reclamações e comunicações dos titulares.
- (B) Orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais.
- (C) Manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizar, especialmente quando baseado no legítimo interesse.
- (D) Adotar providências para atender as recomendações da autoridade nacional.

10. (IBAM - 2024)

No contexto da segurança na internet, atualmente é fundamental e imprescindível se ter instalado um sistema de segurança de rede de computadores, que restringe o tráfego da internet para, de ou em uma rede privada. É um recurso implementado por meio de software ou hardware que funciona bloqueando ou permitindo pacotes de dados seletivamente. Normalmente, tem por objetivo ajudar a evitar atividades malintencionadas e impedir que qualquer pessoa, dentro ou fora de uma rede privada, realize atividades não autorizadas na Web.

Esse dispositivo de proteção é conhecido por:

- (A) trojan
- (B) rootkit
- (C) firewall
- (D) backup

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (IBAM - 2025)

Acerca dos atributos do ato administrativo, está correta a seguinte afirmativa:

- (A) Autoexecutoriedade é o atributo do ato administrativo pelo qual o ato se impõe a terceiros independentemente de sua concordância.
- (B) Imperatividade é o atributo do ato administrativo pelo qual o ato se impõe a terceiros independentemente de sua concordância.
- (C) Exigibilidade é o atributo do ato administrativo pelo qual o ato goza de presunção relativa de legitimidade e veracidade.
- (D) Presunção de legitimidade e veracidade é o atributo do ato administrativo pelo qual o ato goza de presunção absoluta de legitimidade e veracidade.

2. (IBAM - 2023)

Acerca dos atos administrativos, assinale a afirmativa correta:

- (A) São requisitos do ato administrativos a competência, a forma, a finalidade, a motivação e o objetivo.
- (B) A presunção de legitimidade dos atos administrativos é uma presunção absoluta que não permite prova em contrário.
- (C) O atributo da autoexecutoriedade corresponde à possibilidade de o ato administrativo ser executado pela administração pública, sem necessidade de autorização judicial.
- (D) A administração pública pode revogar seus atos quando estes contenham vícios de legalidade e anulá-los por razões de conveniência e oportunidade.

3. (IBAM - 2023)

Indique a alternativa correta que relaciona os atributos do ato administrativo aos seus respectivos conceitos:

- (A) *Auto-executoriedade*: poder da Administração Pública de executar as suas próprias decisões sem haver necessidade da tutela judicial. Assim, a Administração Pública

por si só cumpre as suas funções com os seus próprios meios, ainda quando tal execução interfira na esfera privada do administrado.

(B) *Tipicidade*: aquele que desejar opor-se na via judicial a certo ato administrativo, por entender que tal ato é ilegal, deverá arcar com ônus da prova de tal ilegalidade.

(C) *Presunção de legitimidade*: Imposição do ato administrativo perante terceiros independente da concordância destes, ou seja, o Poder público poderá editar provimentos que irão interferir na esfera jurídica de outrem, constituindo-o unilateralmente, em obrigação.

(D) *Imperatividade*: o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei como aptas a produzir determinados resultados.

4. (IBAM - 2024)

O ato utilizado pelo Prefeito para a aprovação de regulamentos e regimentos dos órgãos da Administração Direta do Município é:

- (A) instrução normativa
- (B) ordem de serviço
- (C) decreto
- (D) portaria

5. (IBAM - 2022)

O ato administrativo, podendo ser correspondência pública ou particular de caráter menos formal, utilizada para se fazer convites, solicitações, agradecimentos, informações, quando não há necessidade do uso do padrão ofício, ou quando não se tem hierarquicamente, a competência para usá-lo, sem necessidade de numeração sequencialmente, mas que pode ser opcional, denomina-se:

- (A) carta.
- (B) apostila.
- (C) certidão.
- (D) atestado.

AMOSTRA

6. (IBAM - 2020)

A extinção de um ato ilegal, determinada pela Administração Pública ou pelo Poder Judiciário, com eficácia retroativa é o instituto da:

- (A) revogação.
- (B) contraposição.
- (C) invalidação.
- (D) convalidação.

7. (IBAM - 2026)

Os atos administrativos podem ser classificados de diversas formas, sendo os atos vinculados e os atos discricionários categorias fundamentais. No exercício da função de agente de defesa civil, a aplicação dessas categorias depende da margem de liberdade que a lei confere ao agente público para decidir sobre a melhor conduta. No que diz respeito aos atos vinculados e discricionários, é correta a seguinte afirmativa:

- (A) o controle judicial sobre o ato discricionário é proibido mesmo quando houver desvio de finalidade
- (B) a conveniência e a oportunidade são elementos presentes apenas nos atos de natureza puramente vinculada
- (C) nos atos vinculados, o administrador deve seguir estritamente os requisitos estabelecidos pela lei
- (D) o ato discricionário permite que o agente público escolha qualquer finalidade para a sua atuação

8. (IBAM - 2025)

Na Administração Pública, a competência do Chefe do Poder Executivo para expedir decretos é definida como competência

- (A) () privativa
- (B) () condicional
- (C) () temporária
- (D) () concorrente

9. (IBAM - 2024)

Considere a expressão “Faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração.” Esta é a definição do poder classificado como:

- (A) normativo
- (B) disciplinar

- (C) regulamentar
- (D) de polícia administrativa

10. (IBAM - 2024)

Tendo em vista os poderes administrativos, a seguinte alternativa se refere ao poder de autotutela da Administração Pública:

- (A) é a faculdade discricionária de condicionar e restringir o uso e gozo dos bens e direitos individuais, especialmente os de propriedade, em benefício do bem-estar da coletividade
- (B) é o poder de apurar infrações administrativas e de impor sanções aos seus agentes públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa
- (C) é o poder de, nos limites da lei, praticar atos administrativos discricionários, gozando de certa margem de liberdade para decidir acerca da conveniência e oportunidade desses atos
- (D) é o poder da Administração Pública de reverter seus próprios atos, anulando-os quando ilegais ou revogando-os, por motivos de oportunidade e conveniência, respeitados os direitos adquiridos

11. (IBAM - 2023)

Os órgãos de administração direta que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura são:

- (A) secretarias
- (B) autarquias
- (C) fundações
- (D) empresas públicas

12. (IBAM - 2020)

Assinale a única alternativa que contém as quatro tarefas fundamentais da Administração Pública.

- (A) Legislar, julgar, fomentar e administrar o bem público.
- (B) Poder regulamentador, poder de intervenção, prestação de serviço público e julgamento.
- (C) Controlar os gastos públicos, fiscalizar o Poder Legislativo, planejar as cidades e cobrar tributos.
- (D) Poder de polícia, prestar serviço público, fomento e intervenção.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (IBAM - 2023)

A Constituição do País X prevê a possibilidade de alteração de todas as normas constitucionais, desde que mediante um procedimento especial, diverso do procedimento adotado para a alteração das leis infraconstitucionais. A Constituição do País X pode ser classificada como:

- (A) flexível
- (B) rígida
- (C) Semi-rígida
- (D) Imutável

2. (IBAM - 2025)

A Constituição Federal de 1988 trouxe dispositivos que dependem de regulamentação infraconstitucional para produzir efeitos. Considerando isso, assinale a alternativa correta.

- (A) Todas as normas constitucionais são autoaplicáveis e têm eficácia plena.
- (B) As normas de eficácia plena são aquelas que exigem regulamentação para sua aplicação.
- (C) As normas de eficácia limitada produzem efeitos diretos e independem de regulamentação.
- (D) As normas de eficácia contida podem ser restringidas por legislação infraconstitucional.

3. (IBAM - 2023)

Consoante à previsão expressa da Constituição Federal, as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação:

- (A) restrita.
- (B) imediata,
- (C) sujeita à regulamentação.
- (D) condicionada à lei complementar.

4. (IBAM - 2024)

Conforme a Constituição Federal, são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, exceto:

- (A) impulsionar repúdio ao terrorismo e ao racismo
- (B) garantir o desenvolvimento nacional

(C) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação

(D) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais

5. (IBAM - 2023)

A concessão de asilo político, nos termos do previsto constitucionalmente, no Brasil, é:

- (A) um dos princípios pelos quais a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais.
- (B) uma das garantias fundamentais dos indivíduos.
- (C) um dos objetivos da República Federativa do Brasil.
- (D) um dos direitos sociais.

6. (IBAM - 2022)

Das alternativas abaixo, aquela que apresenta uma afirmativa correta sobre os princípios constitucionais é:

- (A) o princípio da isonomia decorre do fundamento, constitucionalmente expresso, da dignidade da pessoa humana
- (B) o direito à busca da felicidade, verdadeiro postulado constitucional implícito e expressão de uma ideia-força, consoante decisão do Supremo Tribunal Federal, deriva do princípio da cidadania
- (C) o princípio da alteridade é violado em caso de violação de correspondência alheia
- (D) somente após o advento da República, a Constituição brasileira passou a prever um sistema de garantia de direitos individuais e coletivos

AMOSTRA

7. (IBAM - 2022)

De acordo com o previsto pela Constituição federal avalia se alternativa a seguir assinalando a alternativa correta. A dignidade da pessoa humana e a garantia do desenvolvimento nacional são dois dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

- (A) A assertiva está integralmente correta.
- (B) A assertividade está parcialmente incorreta pois garantir o desenvolvimento nacional é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.
- (C) A assertiva está Integralmente incorreta pois a dignidade da pessoa humana e a garantia do desenvolvimento nacional são princípios que regem a República Federativa do Brasil em suas relações nacionais.
- (D) A assertiva está parcialmente incorreta, pois a dignidade da pessoa humana é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.

8. (IBAM - 2026)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e a Constituição Federal de 1988 estabelecem o patamar civilizatório para a atuação do Estado. No âmbito da proteção aos direitos fundamentais e à cidadania, assinale a alternativa correta.

- (A) A suspensão de direitos fundamentais pode ser decretada livremente pelo chefe do Poder Executivo em situações de crise econômica prolongada, visando o equilíbrio das contas públicas.
- (B) O acesso à justiça e o devido processo legal são garantias fundamentais que se estendem a todos os indivíduos, independentemente de sua nacionalidade ou condição social e econômica.
- (C) Os direitos sociais, como saúde e assistência, são considerados direitos de primeira geração e não admitem a intervenção do Poder Judiciário para sua efetivação prática.
- (D) A cidadania plena é exercida exclusivamente por meio do voto direto e secreto, não abrangendo a participação em instâncias de controle social de políticas públicas.

9. (IBAM - 2025)

O Art. 5º, da Constituição Federal, é um dos mais importantes textos constitucionais, posto que revela o arcabouço normativo da proteção dos direitos fundamentais. Acerca do assunto, marque (V) para as afirmativas verdadeiras e (F) para as falsas.

- (_) Haverá juízo ou tribunal de exceção.
- (_) A pequena propriedade rural, assim definida em Lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.
- (_) A Lei poderá prejudicar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
- (_) A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela Lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do “de cujus”.

A sequência está correta em:

- (A) V – F – F – V.
- (B) F – F – V – F.
- (C) F – V – F – V.
- (D) F – V – V – F.

10. (IBAM - 2024)

Maria pretende ter conhecimento de informações relativas à sua pessoa, constantes de registros ou bancos de dados de entidade governamental. José, advogado de Maria, esclarece que, para obtenção dessas informações, seria adequado impetrar:

- (A) mandado de segurança.
- (B) mandado de injunção.
- (C) habeas data.
- (D) habeas corpus.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. (IBAM - 2020)

As taxas, sejam de polícia ou de serviços, têm as mesmas características básicas. Entre as alternativas abaixo, aquela que apresenta essas características é:

- (A) indivisibilidade e discricionariedade
- (B) generalidade e anualidade
- (C) redutibilidade e indivisibilidade
- (D) especificidade e divisibilidade

2. (IBAM - 2020)

Certo Município que passava por grave crise econômica precisava realizar incremento da arrecadação tributária, resolveu aumentar o valor da taxa tributária para utilizar as receitas arrecadadas a serem empregadas no sistema de saúde. Sobre esta situação, assinale a alternativa **correta**:

- (A) Para que esta finalidade seja validamente alcançada, é admissível que as taxas municipais tenham base de cálculo própria de impostos.
- (B) O fato gerador da taxa compreende o exercício potencial do poder de polícia e a efetiva prestação de serviço público.
- (C) A taxa é espécie tributária contra prestação para a qual há vinculação da sua receita ao exercício efetivo do poder de polícia ou à prestação efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível.
- (D) O Município não tem atribuição constitucional para instituir taxa, dependendo de lei federal da União para sua instituição ou majoração.

3. (IBAM - 2023)

De acordo com o Código Tributário Nacional, o principal objetivo da Contribuição de Melhoria cobrada pela União, Estado, Distrito Federal ou Municípios vem a ser:

- (A) financiar despesas públicas gerais.
- (B) gerar receita adicional para destinação em políticas públicas

(C) custear obras públicas independente de valorização imobiliária.

(D) cobrir os custos das obras públicas que resultem em valorização imobiliária

4. (IBAM - 2022)

No direito tributário encontramos as funções dos tributos de acordo com sua finalidade e natureza, podendo ser de natureza fiscal, extrafiscal e parafiscal. No que concerne a anuidade de conselhos profissionais, é correta a seguinte afirmativa;

- (A) tem função parafiscal e de natureza de contribuição especial.
- (B) tem função extrafiscal, uma vez que os conselhos se manterão exclusivamente desta verba e servirão para melhoria da profissão.
- (C) tem natureza de taxa de fiscalização, com função fiscal em decorrência dos serviços prestados.
- (D) não cabe falar em parafiscalidade das anuidades de conselhos profissionais, uma vez que são entidades autárquicas e suas taxas são meramente funcionais.

5. (IBAM - 2021)

A contribuição de iluminação pública municipal (COSIP) foi instituída pela EC nº 39/2002 no art. 149-A da Constituição Federal. Acerca deste tributo, é correta a seguinte afirmação:

- (A) o serviço de iluminação pública é aquele destinado a iluminar vias e logradouros públicos, pago por todos os consumidores, residenciais e não residenciais, de energias elétrica, com exceção dos proprietários de imóveis baldios.
- (B) a instituição da COSIP veio a sanar as arguições de inconstitucionalidade das taxas de iluminação criadas que não ostentavam os atributos de divisibilidade e referibilidade necessários para sua instituição legítima, tal como delineada no art. 77, caput e parágrafo único do Código Tributário Nacional

AMOSTRA

(C) a lei que restringe os contribuintes da COSIP aos consumidores de energia elétrica do Município ofende o princípio da isonomia, ante a possibilidade de se identificar e tributar todos os beneficiários do serviço de iluminação pública

(D) a cobrança da COSIP deve se dar nos termos da lei local instituidora da contribuição (princípio da legalidade tributária), sendo facultada a sua cobrança na fatura de consumo de energia elétrica e no carnê de IPTU

6. (IBAM - 2026)

A legislação tributária federal, fundamentada na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional (C.T.N.), estabelece as normas gerais para a incidência, cobrança e fiscalização de tributos. A respeito desse tema, analise as afirmações abaixo e registre (V), para as afirmativas verdadeiras, e (F), para as falsas.

() O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (I.S.S.) é um tributo de competência municipal cuja base de cálculo deve incluir o valor do próprio imposto.

() A obrigação tributária acessória tem por objeto prestações positivas ou negativas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

() As receitas tributárias são classificadas orçamentariamente como Receitas de Capital, por representarem a autoridade coercitiva do Estado sobre o patrimônio privado.

() A inscrição em dívida ativa de créditos tributários não recebidos constitui um fato que aumenta o patrimônio líquido independentemente da execução orçamentária.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- (A) V, F, V, V.
- (B) V, V, F, V.
- (C) F, V, V, F.
- (D) V, F, F, V.

7. (IBAM - 2020)

A legislação tributária define o sujeito passivo da obrigação principal, distinguindo os atingidos. A pessoa que tem relação pessoal e direta com a situação que constitui o fato gerador do tributo é denominada:

- (A) contribuinte

- (B) mandatário
- (C) responsável
- (D) solidário

8. (IBAM - 2023)

Na forma da legislação tributária, podemos reconhecer que detém capacidade tributária a pessoa natural:

- (A) conforme a sua capacidade civil
- (B) independente da sua capacidade civil
- (C) desde que não tenha sofrido interdição
- (D) acima de 21 anos e menor de 70 anos

9. (IBAM - 2026)

É uma afirmativa verdadeira sobre o domicílio eletrônico do contribuinte (DEC):

- (A) é um ambiente virtual, autenticado com a conta gov.br, que proverá meio de comunicação para envio de mensagens da Administração para o sujeito passivo
- (B) será atribuída uma única caixa postal virtual (CPV) para todas as inscrições municipais de um dado contribuinte
- (C) somente as contas gov.br de nível ouro e diamante terão acesso à utilização do DEC
- (D) contribuintes com débitos de tributos em aberto há mais de 90 dias ficarão impedidos de acessar o DEC

10. (IBAM - 2023)

Analise as preposições e indique a alternativa que está em desacordo com o Código Tributário Nacional:

- (A) Na falta de eleição pelo contribuinte ou responsável, considere-se domicílio tributário das pessoas jurídicas de direito privado ou as firmas individuais, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação de cada estabelecimento.
- (B) Havendo recusa pela autoridade administrativa do domicílio eleito, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.

DIREITO EMPRESARIAL

1. (2026)

A teoria da empresa promoveu significativa transformação no Direito Empresarial brasileiro ao substituir o antigo sistema dos atos de comércio. Considerando a principal diferença entre esses modelos, assinale a alternativa correta.

- (A) O sistema atual considera empresarial apenas a atividade expressamente incluída em uma lista legal de atos mercantis.
- (B) A teoria da empresa limita o regime empresarial às atividades industriais, bancárias e securitárias.
- (C) A teoria da empresa desloca a análise do ato isolado para o exercício profissional e organizado de atividade econômica destinada à produção ou à circulação de bens ou serviços.
- (D) O regime empresarial atual exclui as atividades de prestação de serviços, ainda que organizadas economicamente.
- (E) A teoria da empresa considera empresário todo aquele que pratica qualquer negócio jurídico com finalidade econômica.

2. (2026)

A caracterização de uma atividade como empresarial exige a presença cumulativa de determinados elementos. Nesse contexto, o profissionalismo está corretamente relacionado

- (A) ao exercício habitual, estável e em nome próprio da atividade, com assunção dos riscos econômicos pelo seu titular.
- (B) à necessidade de obtenção efetiva de lucro em todos os períodos de funcionamento da atividade.
- (C) à obrigatoriedade de utilização simultânea de empregados, máquinas, tecnologia e imóvel comercial.
- (D) à inscrição prévia do titular da atividade perante a junta comercial competente.
- (E) à exigência de que a atividade seja exercida por uma sociedade composta por, no mínimo, dois sócios.

3. (2026)

Uma atividade intelectual, científica, literária ou artística permanece, em regra, submetida ao regime civil, ainda que seu titular conte com colaboradores e estrutura de apoio. Entretanto, essa atividade poderá ser considerada empresarial quando

- (A) o profissional cobrar honorários pelos serviços prestados.
- (B) houver contratação de um auxiliar administrativo.
- (C) a atividade for exercida de maneira habitual e contínua.
- (D) o profissional possuir mais de um estabelecimento de atendimento.
- (E) a organização dos fatores de produção tornar-se preponderante, transformando a atuação pessoal do profissional em elemento acessório da estrutura empresarial.

4. (2026)

Um empreendedor exerce individualmente, em nome próprio, atividade econômica organizada para a circulação de mercadorias. Ele não constituiu pessoa jurídica distinta nem adotou sociedade limitada unipessoal. Nessa situação, a responsabilidade patrimonial do empresário individual caracteriza-se pela

- (A) limitação automática das dívidas ao valor investido inicialmente na atividade.
- (B) inexistência de separação entre o patrimônio empresarial e o patrimônio pessoal do titular, que responde, em regra, de maneira ilimitada pelas obrigações.
- (C) responsabilidade subsidiária limitada exclusivamente aos bens empregados diretamente no estabelecimento.
- (D) impossibilidade de utilização de bens pessoais para o pagamento de obrigações empresariais.
- (E) responsabilidade solidária obrigatória com todos os empregados contratados para a atividade.

AMOSTRA

5. (2026)

O estabelecimento empresarial reúne diferentes elementos organizados pelo empresário para o exercício de sua atividade. A respeito de sua natureza jurídica, assinale a alternativa correta.

- (A) O estabelecimento empresarial corresponde exclusivamente ao imóvel no qual a atividade é exercida.
- (B) Somente bens materiais, como máquinas, veículos e mercadorias, podem integrar o estabelecimento.
- (C) O estabelecimento possui personalidade jurídica própria e distinta da personalidade do empresário.
- (D) O estabelecimento constitui uma universalidade de fato composta por bens corpóreos e incorpóreos funcionalmente organizados.
- (E) Os créditos, as marcas, as patentes e o ponto empresarial não podem integrar o estabelecimento.

6. (2026)

Uma empresa em funcionamento possui valor de mercado consideravelmente superior à soma individual de suas máquinas, mercadorias, instalações e demais bens. Essa diferença decorre da capacidade do conjunto organizado de produzir resultados econômicos superiores. No Direito Empresarial, essa qualidade é denominada

- (A) nome empresarial.
- (B) aviamento.
- (C) capital social.
- (D) patrimônio especial.
- (E) affectio societatis.

7. (2026)

Um empresário alienou seu estabelecimento empresarial, transferindo ao adquirente os principais bens corpóreos e incorpóreos necessários à continuidade da atividade. Para que o trespasse produza regularmente efeitos perante terceiros, especialmente perante os credores do alienante, deverão ser observadas providências como

- (A) autorização judicial prévia e encerramento de todos os contratos relacionados à atividade.
- (B) transformação obrigatória do adquirente em sociedade anônima.
- (C) quitação imediata de todas as dívidas pessoais e empresariais do alienante.

(D) aprovação unânime dos empregados e fornecedores vinculados ao estabelecimento.

(E) averbação do instrumento no registro competente, publicação do ato e, quando o alienante não conservar bens suficientes, anuência dos credores.

8. (2026)

Um comerciante exerce atividade econômica organizada há vários anos, mas nunca realizou sua inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis. Considerando os efeitos dessa irregularidade, assinale a alternativa correta.

- (A) A falta de registro transforma automaticamente a atividade empresarial em atividade civil.
- (B) O comerciante fica dispensado das obrigações tributárias, trabalhistas e consumeristas.
- (C) O agente continua submetido às obrigações empresariais, mas não pode usufruir de determinadas prerrogativas reservadas ao empresário regularmente inscrito.
- (D) A regularização posterior produz efeitos retroativos e elimina todas as consequências do período de informalidade.
- (E) A ausência de registro impede que fornecedores e consumidores responsabilizem o comerciante pelas obrigações assumidas.

9. (2026)

A escrituração contábil empresarial cumpre funções jurídicas e gerenciais, permitindo o acompanhamento da situação patrimonial da atividade. Entre os livros mencionados no material, o Livro Diário caracteriza-se como

- (A) livro obrigatório comum destinado ao registro cronológico e individualizado dos fatos patrimoniais.
- (B) livro facultativo utilizado exclusivamente para registrar entradas e saídas financeiras.
- (C) livro obrigatório apenas para sociedades anônimas de capital aberto.
- (D) livro especial destinado exclusivamente ao controle das duplicatas emitidas.
- (E) livro fiscal cuja finalidade se limita à apuração dos tributos devidos.

DIREITO PENAL

1. (2026)

Determinado servidor público da Administração Pública estadual, ocupante de cargo de provimento efetivo, é investigado por órgão interno em razão da possível prática de ato de improbidade administrativa que consubstanciaria enriquecimento ilícito.

De acordo com a portaria inaugural, existiriam indícios da prática voluntária da conduta, finalisticamente direcionada à obtenção de vantagem indevida.

À luz da sistemática estabelecida na Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que

(A) as sanções previstas nesse diploma normativo devem ser aplicadas por autoridade judicial, logo, a investigação não poderia ser instaurada no plano administrativo.

(B) as sanções previstas nesse diploma normativo podem eventualmente ser aplicadas por autoridade judicial, logo, a investigação foi regularmente instaurada no plano administrativo.

(C) a instrução probatória, para que conclua pela ocorrência do ato de improbidade administrativa, deve demonstrar o voluntarismo do agir, mas não necessariamente o especial fim de obter o enriquecimento ilícito.

(D) a conduta atribuída ao servidor, para que configure ato de improbidade administrativa que consubstancia enriquecimento ilícito, não precisa ser enquadrada em um dos incisos do Art. 9º da Lei nº 8.429/1992.

(E) a conclusão do processo administrativo, no sentido de que o servidor público praticou ato de improbidade administrativa, configura condição de procedibilidade para o ajuizamento da ação que busque a aplicação das respectivas sanções.

2. (2024)

Semana passada, Gilson, prefeito do Município Alfa, no exercício de suas atribuições, praticou ato de improbidade que causou prejuízo ao erário, em razão da realização de operação financeira sem a observância das normas legais e regulamentares, sendo certo que tal conduta não importou em perda patrimonial efetiva para os cofres públicos.

Considerando o disposto na Lei de Improbidade Administrativa, é **correto** afirmar que

(A) Gilson responde objetivamente pelo mencionado ato de improbidade.

(B) a conduta descrita não se enquadra no rol taxativo do ato de improbidade em análise.

(C) a ausência de perda patrimonial efetiva inviabiliza a caracterização de tal ato de improbidade.

(D) a referida conduta conforma o ato de improbidade, ainda que Gilson tenha atuado de forma culposa.

(E) a configuração da improbidade em questão não importará em ressarcimento ao erário, caso não haja enriquecimento sem causa de terceiros.

3. (2024)

Em determinada secretaria de estado de Pernambuco, ocorreram as seguintes situações, envolvendo funcionárias públicas no exercício de suas funções: Cecília percebeu vantagem econômica indireta para facilitar a alienação de bem público; Tatiana facilitou a aquisição de bem pelo órgão por preço superior ao valor de mercado; Cíntia revelou fato de que teve ciência em razão das atribuições e sobre o qual deveria ter permanecido em segredo, propiciando beneficiamento de outrem por informação privilegiada. Os atos praticados pelas três funcionárias públicas ocorreram por omissão dolosa.

AMOSTRA

A partir da situação hipotética apresentada, é **correto** afirmar, com base na Lei n.º 8.429/1992, que responderá(rão) por ato de improbidade administrativa

- (A) Tatiana e Cecília, apenas.
- (B) Tatiana e Cíntia, apenas.
- (C) Cecília e Cíntia, apenas.
- (D) Tatiana, apenas.
- (E) Cecília, apenas.

4. (2023)

Pitágoras, Oficial de Promotoria do Ministério Público do Estado de São Paulo, dolosamente recebeu vantagem econômica, correspondente à propina de vinte mil reais, para omitir ato que deveria praticar de ofício, no exercício de suas atribuições.

Considerando o disposto na Lei de Improbidade Administrativa, é **correto** afirmar que Pitágoras

- (A) não praticou ato de improbidade, pois a conduta está sujeita à sanção penal.
- (B) praticou ato de improbidade que importa em enriquecimento ilícito.
- (C) praticou ato de improbidade que causa prejuízo ao erário.
- (D) praticou ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- (E) não praticou ato de improbidade, pois a conduta deve ser responsabilizada na esfera disciplinar.

5. (2023)

No ano corrente, o Ministério Público ajuizou duas ações por improbidade administrativa distintas, uma em desfavor de Carlos, prefeito do Município *Alfa*, e, outra, em desfavor de Bruno, servidor do Município *Beta*.

Ambas as ações buscavam a aplicação de penalidade pela prática de atos de improbidade que violam princípios da Administração Pública, com a descrição objetiva dos fatos exigida em lei e apontando a lesividade relevante ao bem jurídico tutelado.

A primeira tem fundamento na negativa, pelo próprio prefeito, de publicidade aos atos oficiais, que não estavam protegidos por sigilo. A segunda ação foi proposta porque Bruno nomeou sua esposa para cargo administrativo em comissão a ele subordinado, no qual ela vinha laborando com afinho.

Diante dessa situação hipotética, considerando a atual redação da Lei nº 8.429/92, assinale a afirmativa **correta**.

(A) Revela-se pertinente o ajuizamento de ambas as ações, sendo imprescindível, em cada caso, a demonstração de dolo, bem como de que a conduta funcional de cada agente público tinha o fim de obter proveito ou benefício indevido para si ou para outra pessoa ou entidade.

(B) A ação ajuizada em desfavor de Carlos é pertinente, mas aquela em desfavor de Bruno não, considerando que, apesar de o nepotismo ser vedado pelo ordenamento, não há previsão no sentido de que sua prática caracteriza ato de improbidade administrativa.

(C) Apenas é pertinente a ação ajuizada em desfavor de Bruno, na medida em que a negativa de publicidade aos atos oficiais por Carlos não constitui uma ilegalidade passível de caracterizar ato de improbidade administrativa.

(D) Ambas as ações são despropositadas, pois, além da lesividade relevante ao bem jurídico tutelado, é imprescindível o reconhecimento de danos ao erário para a caracterização da improbidade administrativa, o que não ocorreu em nenhum dos casos.

6. (2025)

O ex-Prefeito do Município X foi condenado, em três processos, por ato de improbidade administrativa a ressarcir o respectivo dano ao erário.

Ocorre que, durante a fase do cumprimento da sentença, restou apurado que o demandado possuía em seu nome apenas um automóvel, ano 1994, no valor de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais), montante insuficiente para cobrir o dano a ser ressarcido, pois, ainda durante a fase de conhecimento, transferiu todos os seus imóveis e valores em espécie para formar o capital social de uma sociedade empresária familiar, da qual seus dois filhos também são sócios.

A pedido do Ministério Público, o Juiz reconheceu a ocorrência de fraude à execução nos três processos, nos termos do Art. 792 do Código de Processo Civil. Na qualidade de Promotor(a) de Justiça com atribuição para tutela do patrimônio público, analise a hipótese e assinale a afirmativa correta.

DIREITO CIVIL

1. (IBAM - 2025)

A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado tem início:

- (A) com a lavratura do contrato social em cartório, seguida da nomeação dos administradores.
- (B) com a obtenção do número de CNPJ junto à Receita Federal, ainda que o ato constitutivo não tenha sido registrado.
- (C) com a aprovação do contrato social pelos sócios fundadores, independentemente de registro.
- (D) com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando exigido em lei, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.

2. (IBAM - 2024)

Segundo o Código Civil, não são pessoas jurídicas de direito privado:

- (A) os partidos políticos
- (B) as organizações religiosas
- (C) as associações públicas
- (D) as fundações

3. (IBAM - 2024)

De acordo com o regramento constante do Código Civil a respeito das associações, não é correto o apresentado em:

- (A) os associados devem ter iguais direitos, sendo vedado ao estatuto instituir categorias com vantagens especiais.
- (B) não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.
- (C) constituem - se pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos.
- (D) a quantidade de associado é intransmissível, se o estatuto não dispuser o contrário.

4. (IBAM - 2020)

O abuso da personalidade jurídica, a ensejar a sua desconsideração pelo Judiciário para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica

beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso, pode restar caracterizado pelo desvio de finalidade assim entendido como:

- (A) transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante
- (B) cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa.
- (C) utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.
- (D) ausência de separação de fato entre os patrimônios.

5. (IBAM - 2025)

No que se refere à validade do negócio jurídico, a impossibilidade inicial do objeto:

- (A) invalida o negócio jurídico apenas quando envolver objeto ilícito ou vedado por lei.
- (B) sempre invalida o negócio jurídico, mesmo que relativa.
- (C) não o invalida, ainda que absoluta, se decorrente de cláusula contratual.
- (D) invalida o negócio jurídico apenas quando for absoluta e não cessar antes da condição a que estiver subordinado.

6. (IBAM - 2023)

De acordo com as regras de interpretação do negócio jurídico benéfico constantes do Código Civil, é correto afirmar que estes devem ser interpretados:

- (A) extensivamente.
- (B) estritamente.
- (C) progressivamente.
- (D) analogicamente.

7. (IBAM - 2025)

Caso seja estipulada, em um negócio jurídico, uma condição de "não fazer" algo impossível, tal condição será considerada:

- (A) suspensa.
- (B) válida, desde que não prejudique terceiros.

AMOSTRA

- (C) ineficaz em qualquer hipótese.
(D) inexistente.

8. (IBAM - 2025)

A cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina a eficácia do negócio jurídico a evento futuro e incerto é, de acordo com o Código Civil:

- (A) encargo.
(B) pacto de retrovenda.
(C) termo.
(D) condição.

9. (IBAM - 2025)

De acordo com o Código Civil, o defeito do negócio jurídico que provoca no paciente um temor fundado de dano iminente e relevante à sua pessoa, família ou bens é denominado:

- (A) dolo.
(B) estado de perigo.
(C) coação.
(D) lesão.

10. (IBAM - 2024)

Pode configurar estado de perigo, quando o indivíduo:

- (A) está premido da necessidade de salvar seu patrimônio de grave dano conhecido da outra parte.
(B) não está premido da necessidade de salvar pessoa de sua família.
(C) tem compulsão por assumir obrigações onerosamente excessivas.
(D) está premido da necessidade de salvar a si mesmo de grave dano conhecido da outra parte.

11. (IBAM - 2023)

De acordo com o que estabelece o Código civil, quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, ocorre:

- (A) coação.
(B) erro.
(C) lesão.
(D) dolo.

12. (IBAM - 2023)

Rodrigo recebeu um telefonema em que uma pessoa desconhecida exigia a realização de um PIX em seu favor, sob pena de causar dano a uma ex-colega de trabalho dele. Temendo pela segurança alheia, Rodrigo realizou a transação. Neste caso:

- (A) não há coação, pois o temor de dano de Rodrigo não foi referente a sua pessoa, seus bens ou sua família
(B) o juiz pode considerar o caso como sendo coação, a partir das circunstâncias
(C) não há coação, pois se tratou do exercício regular de direito.
(D) há coação, pois o dano foi ameaçado por pessoa desconhecida de Rodrigo.

13. (IBAM - 2023)

Quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa configura-se:

- (A) dolo.
(B) coação.
(C) lesão.
(D) estado de perigo.

14. (IBAM - 2021)

À consequência do *dolus incidens* será:

- (A) exclusivamente a anulação do negócio jurídico
(B) a obrigação de indenizar por perdas e danos, mas sem a anulação do negócio jurídico
(C) irrelevante para o negócio jurídico e as partes
(D) a anulação do negócio jurídico, mas sem a obrigação de indenizar por perdas e danos

15. (IBAM - 2025)

Analise as afirmações abaixo sobre o ato ilícito, à luz do Código Civil:

I.Comete ato ilícito aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, viola direito e causa dano a outrem, ainda que exclusivamente moral.

II.O abuso de direito pode configurar ato ilícito quando extrapola os limites da boa-fé, dos bons costumes ou da função social, ainda que no exercício de um direito legalmente reconhecido.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

1. (2026)

De acordo com o artigo 3º da Lei nº 7.966/2021, que institui o Código Tributário do Município de Guarulhos, a legislação tributária municipal compreende leis, decretos e normas complementares que versem, total ou parcialmente, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes. Nesse contexto, constitui norma complementar da legislação tributária municipal:

- (A) apenas a decisão judicial transitada em julgado que trate de tributos municipais.
- (B) exclusivamente o decreto editado pelo Chefe do Poder Executivo para instituir novos tributos.
- (C) a prática reiteradamente observada pelas autoridades administrativas municipais.
- (D) o contrato particular celebrado entre o contribuinte e terceiro para divisão da responsabilidade tributária.
- (E) a manifestação doutrinária produzida por especialista em Direito Tributário.

2. (2026)

A Lei nº 7.966/2021 estabelece regras sobre a vigência da legislação tributária municipal. Considerando o disposto no artigo 5º dessa Lei, uma lei municipal publicada em 20 de agosto de determinado ano e que majore um tributo somente poderá produzir efeitos:

- (A) no primeiro dia do exercício seguinte, desde que também tenham transcorrido, no mínimo, noventa dias da publicação.
- (B) imediatamente após a publicação, porque a arrecadação tributária constitui atividade vinculada.
- (C) trinta dias após a publicação, independentemente da mudança de exercício financeiro.
- (D) noventa dias após a publicação, ainda que esse prazo termine no mesmo exercício financeiro.
- (E) no primeiro dia do mês seguinte ao da publicação, desde que o tributo já tenha sido anteriormente instituído.

3. (2026)

Segundo o artigo 11 da Lei nº 7.966/2021, a obrigação tributária pode ser principal ou acessória. Um contribuinte deixa de entregar determinada declaração fiscal exigida pela legislação municipal, embora tenha efetuado corretamente o pagamento do tributo. Nessa situação, a inobservância da obrigação acessória:

- (A) extingue automaticamente o crédito tributário relativo ao período declarado.
- (B) somente poderá produzir efeitos se houver prejuízo material comprovado à Fazenda Pública.
- (C) transforma o contribuinte em responsável solidário pelos tributos de terceiros.
- (D) converte-se em obrigação principal relativa ao próprio valor do tributo que já foi pago.
- (E) converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária aplicável.

4. (2026)

Nos termos dos artigos 17 a 19 da Lei nº 7.966/2021, o sujeito passivo da obrigação tributária principal pode ser contribuinte ou responsável. A respeito dessa classificação e dos acordos particulares sobre o pagamento dos tributos, assinale a alternativa correta.

- (A) Contribuinte é a pessoa que, sem relação direta com o fato gerador, recebe da Administração a incumbência de pagar o tributo.
- (B) Responsável é aquele que, sem revestir a condição de contribuinte, possui obrigação decorrente de disposição expressa em lei.
- (C) As convenções particulares podem modificar livremente a definição legal do sujeito passivo perante a Fazenda Pública.
- (D) Somente as pessoas jurídicas regularmente constituídas podem figurar como sujeitos passivos de obrigações tributárias.
- (E) O sujeito passivo da obrigação acessória será necessariamente o mesmo sujeito passivo da obrigação principal.

AMOSTRA

5. (2026)

Duas empresas possuem interesse comum na situação que constitui o fato gerador de determinada obrigação tributária municipal. Conforme os artigos 21 e 22 da Lei nº 7.966/2021, essas empresas são solidariamente obrigadas. Nessa hipótese:

- (A) a Fazenda Pública deve cobrar primeiramente da empresa que obteve maior vantagem econômica.
- (B) o pagamento realizado por uma das empresas não produz qualquer efeito sobre a obrigação da outra.
- (C) a solidariedade somente poderá existir quando houver contrato particular entre as empresas.
- (D) a solidariedade não comporta benefício de ordem, e o pagamento efetuado por uma das obrigadas aproveita às demais.
- (E) a interrupção da prescrição contra uma das empresas não produz efeitos em relação às outras devedoras solidárias.

6. (2026)

O artigo 40 da Lei nº 7.966/2021 disciplina a constituição do crédito tributário pelo lançamento. Segundo esse dispositivo, compete privativamente à autoridade administrativa:

- (A) criar a hipótese de incidência e definir a alíquota do tributo mediante ato administrativo.
- (B) verificar a ocorrência do fato gerador, determinar a matéria tributável, calcular o tributo, identificar o sujeito passivo e, quando cabível, propor a penalidade.
- (C) dispensar créditos tributários regularmente constituídos sempre que considerar inconveniente a cobrança.
- (D) alterar a base de cálculo do tributo sem fundamento legal, quando houver dificuldade de fiscalização.
- (E) transferir ao contribuinte a competência exclusiva para constituir definitivamente qualquer crédito tributário.

7. (2026)

Um contribuinte apresentou reclamação administrativa contra lançamento tributário realizado pelo Município de Guarulhos. Durante a tramitação da reclamação, deixou também de entregar uma declaração acessória relacionada ao tributo. Conforme o artigo 49 da Lei nº 7.966/2021:

- (A) a reclamação extingue definitivamente o crédito tributário e todas as obrigações acessórias.
- (B) a reclamação exclui o crédito tributário, impedindo que ele volte a ser exigido.
- (C) a apresentação da reclamação suspende todas as obrigações principais e acessórias do contribuinte.
- (D) a reclamação pode suspender a exigibilidade do crédito, mas não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias correspondentes.
- (E) a reclamação somente suspende a exigibilidade se acompanhada do pagamento parcial do crédito.

8. (2026)

O artigo 55 da Lei nº 7.966/2021 relaciona as modalidades de extinção do crédito tributário. Constitui hipótese de extinção prevista expressamente nesse dispositivo:

- (A) a decisão judicial transitada em julgado.
- (B) a apresentação de reclamação administrativa pelo sujeito passivo.
- (C) a concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- (D) a simples inscrição do crédito em dívida ativa.
- (E) a lavratura do auto de infração pela autoridade fiscal.

9. (2026)

A Lei nº 5.986/2003 disciplina o lançamento, a arrecadação e a fiscalização do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza no Município de Guarulhos. De acordo com o artigo 2º dessa Lei, não ocorre incidência do ISS sobre:

- (A) serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação tenha sido iniciada no exterior.
- (B) serviço prestado mediante concessão pública e remunerado por tarifa paga pelo usuário final.
- (C) prestação de serviços realizada em relação de emprego.
- (D) serviço constante da lista anexa que não constitua a atividade preponderante do prestador.
- (E) prestação de serviço acompanhada do fornecimento de mercadoria, ressalvadas as exceções legais.

TRIBUTOS MUNICIPAIS

1. (2026)

A Lei nº 7.966/2021 instituiu o Código Tributário do Município de Guarulhos e organizou suas disposições em três livros. Considerando a distribuição estabelecida pelo artigo 2º da referida Lei, assinale a alternativa correta.

(A) O Livro I disciplina exclusivamente os impostos municipais, enquanto o Livro II trata somente das taxas decorrentes do poder de polícia.

(B) O Livro II contém as disposições finais e transitórias, e o Livro III disciplina a fiscalização tributária.

(C) O Livro I trata das normas gerais de direito tributário, o Livro II dispõe sobre os tributos em espécie e o Livro III reúne as disposições finais e transitórias.

(D) O Livro I disciplina somente o procedimento administrativo tributário, e o Livro II trata da dívida ativa.

(E) O Livro III regulamenta exclusivamente o ISS, o IPTU e o ITBI.

2. (2026)

De acordo com o artigo 3º da Lei nº 7.966/2021, a legislação tributária do Município de Guarulhos compreende leis, decretos e normas complementares. A respeito dessas normas complementares e dos efeitos de sua observância, assinale a alternativa correta.

(A) Incluem-se entre as normas complementares os atos normativos administrativos, as decisões administrativas com eficácia normativa, as práticas reiteradas das autoridades e os convênios celebrados pelo Município, cuja observância exclui penalidades, juros de mora e atualização monetária da base de cálculo.

(B) Somente as portarias expedidas pelo Prefeito podem ser consideradas normas complementares, sem qualquer efeito sobre penalidades.

(C) Os convênios celebrados com outros entes federativos não integram a legislação tributária municipal.

(D) As práticas reiteradamente observadas pela Administração podem excluir o tributo principal, mas não as penalidades.

(E) As decisões administrativas somente constituem normas complementares quando confirmadas judicialmente.

3. (2026)

Uma lei municipal foi publicada em 15 de setembro e aumentou determinado tributo de competência do Município de Guarulhos. Conforme o artigo 5º da Lei nº 7.966/2021, o início de sua vigência, quanto à majoração tributária, deverá respeitar:

(A) apenas o prazo de trinta dias contado da publicação.

(B) somente o primeiro dia do mês seguinte ao da publicação.

(C) exclusivamente o prazo de noventa dias, ainda que dentro do mesmo exercício.

(D) apenas o primeiro dia do exercício seguinte, independentemente do prazo de noventa dias.

(E) simultaneamente o primeiro dia do exercício seguinte ao da publicação e o prazo mínimo de noventa dias contado da publicação.

4. (2026)

A respeito das obrigações tributárias principal e acessória, disciplinadas pelo artigo 11 da Lei nº 7.966/2021, assinale a alternativa correta.

(A) A obrigação principal decorre exclusivamente de decreto e tem por objeto apenas prestações instrumentais.

(B) A obrigação acessória decorre da legislação tributária e sua inobservância converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

(C) A obrigação acessória somente pode impor ao sujeito passivo a prática de atos positivos.

AMOSTRA

(D) A obrigação principal surge com a constituição definitiva do crédito, e não com a ocorrência do fato gerador.

(E) A obrigação acessória extingue-se automaticamente quando o tributo principal não for devido.

5. (2026)

Os artigos 17 e 18 da Lei nº 7.966/2021 estabelecem regras sobre o sujeito passivo das obrigações tributárias. Segundo esses dispositivos, assinale a alternativa correta.

(A) O responsável tributário deve possuir relação pessoal e direta com o fato gerador.

(B) O contribuinte somente pode ser uma pessoa jurídica regularmente constituída.

(C) O sujeito passivo da obrigação acessória é sempre o mesmo sujeito ativo da obrigação principal.

(D) Contribuinte é quem possui relação pessoal e direta com a situação que constitui o fato gerador, enquanto responsável é aquele cuja obrigação decorre de disposição expressa em lei, sem possuir a condição de contribuinte.

(E) O responsável tributário somente pode ser indicado por contrato celebrado entre particulares.

6. (2026)

Duas pessoas possuem interesse comum na situação que constituiu o fato gerador de uma obrigação principal e, por isso, são solidariamente obrigadas. Conforme os artigos 21 e 22 da Lei nº 7.966/2021, assinale a alternativa correta.

(A) A solidariedade sempre comporta benefício de ordem, devendo a Fazenda cobrar primeiro do contribuinte principal.

(B) O pagamento realizado por um dos obrigados não produz efeitos em relação aos demais.

(C) O pagamento efetuado por um dos devedores aproveita aos demais, e a interrupção da prescrição em relação a um deles favorece ou prejudica os outros.

(D) A isenção concedida pessoalmente a um dos obrigados exonera, obrigatoriamente, todos os devedores.

(E) A solidariedade termina com o simples parcelamento requerido por um dos obrigados.

7. (2026)

O artigo 25 da Lei nº 7.966/2021 disciplina o domicílio tributário e institui o Domicílio Tributário Eletrônico do Município de Guarulhos, denominado DTEM. Com base nesse dispositivo, assinale a alternativa correta.

(A) O DTEM constitui meio de comunicação eletrônica entre a Secretaria da Fazenda e o sujeito passivo, sendo obrigatório para pessoas naturais e jurídicas, conforme condições e prazos regulamentares.

(B) O DTEM é facultativo para pessoas jurídicas e obrigatório apenas para agentes públicos.

(C) A autoridade administrativa jamais poderá recusar o domicílio escolhido pelo sujeito passivo.

(D) A eleição de domicílio fora do Município impede qualquer notificação do contribuinte.

(E) O DTEM pode ser utilizado somente para o pagamento de tributos, não servindo para comunicações administrativas.

8. (2026)

A constituição do crédito tributário por meio do lançamento está disciplinada nos artigos 40 a 48 da Lei nº 7.966/2021. A respeito do lançamento e de suas modalidades, assinale a alternativa correta.

(A) O lançamento é atividade discricionária e pode deixar de ser realizado por conveniência administrativa.

(B) O lançamento compete ao próprio contribuinte, não podendo a autoridade administrativa constituir o crédito.

(C) O lançamento por homologação exige exame prévio da autoridade antes de qualquer pagamento.

(D) O lançamento regularmente notificado pode ser livremente alterado pela Administração, sem hipótese legal específica.

(E) O lançamento é atividade privativa, vinculada e obrigatória da autoridade administrativa, e, no lançamento por homologação, o prazo para a homologação é de cinco anos contado da ocorrência do fato gerador, salvo dolo, fraude ou simulação.

REFORMA TRIBUTÁRIA

1. (2026)

Silvéria, paraibana de nascimento, domicilia já há vinte anos na cidade de Bonn, Alemanha, deixou no Brasil todas as suas joias, que ficaram depositadas em cofre forte de agência bancária localizada na cidade de Curitiba/PR. No ano de 2025, ela decidiu doar todas as suas joias para suas filhas Martha e Teresa, ambas nascidas em Oriximiná/PA. Assim, as joias com brilhantes foram doadas para sua filha Martha, que, na data da doação, se encontrava domiciliada na cidade de Coimbra, Portugal. Por sua vez, as joias sem brilhantes foram doadas a sua outra filha, Teresa, que, na data da doação, estava domiciliada em Recife/PE.

Diante dos fatos narrados e da disciplina estabelecida na Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023,

(A) o ITCMD referente à doação feita a Teresa competirá ao Estado da Paraíba.

(B) o ITCMD referente a ambas as doações competirá ao Estado do Pará.

(C) o ITCMD referente à doação feita a Martha competirá ao Estado do Paraná.

(D) o ITCMD referente a ambas as doações competirá ao Estado de Pernambuco.

(E) nenhum Estado brasileiro tem competência para lançar e cobrar o ITCMD, relativamente às duas doações realizadas.

2. (2026)

No âmbito da Reforma Tributária prevista na EC nº 132/2023, segundo a Constituição Federal, o produto da arrecadação do IBS e da CBS, incidentes sobre operações contratadas pela administração pública direta, por autarquias e por fundações públicas, inclusive suas importações,

(A) será integralmente destinado ao ente federativo contratante, mediante redução a zero das alíquotas dos tributos devidos aos demais entes e equivalente elevação da alíquota do tributo devido ao ente contratante, observado o disposto em lei complementar.

(B) deve ser remetido ao Fundo de Desenvolvimento Nacional, para os fins estabelecidos na norma que instituiu o referido fundo.

(C) será destinado integralmente ao Município da localização do órgão adquirente, atendendo ao princípio do destino, aplicável a ambos os tributos.

(D) deve ser compartilhado pela União e pelo Estado de localização do destinatário, que, por sua vez, deve remeter 25% de sua fração ao Município do destino.

(E) deve ser utilizado como crédito presumido pelo fornecedor, que, em contrapartida, deve reduzir 75% do montante, no preço do bem ou serviço fornecido à administração pública.

3. (2025)

Uma sociedade empresária brasileira que presta serviços de streaming digital e comercializa direitos de exibição se prepara para a implementação da reforma tributária promovida pela Emenda Constitucional no 132/2023, que estabeleceu novos tributos de estrutura moderna – o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS).

Considerando as normas constitucionais sobre a substituição dos tributos atuais pelos novos tributos, assinale a afirmativa correta.

(A) O IBS, de competência da União, incidirá sobre operações com bens e serviços e substituirá o PIS, a Cofins e o IPI. O ICMS e o ISS continuarão existindo, pois não foram abrangidos pela reforma.

(B) Com a promulgação da EC 132/2023 foram imediatamente extintos o ICMS, o ISS, o PIS, a Cofins e o IPI, tendo os novos tributos entrado em vigor em 2024, sem período de transição.

(C) A CBS é tributo de competência compartilhada entre Estados e Municípios e substituirá o ICMS e o ISS. O IS, por sua vez, irá incidir cumulativamente com o IPI, já que a EC 132/2023 nada mencionou sobre esse assunto.

AMOSTRA

(D) O IS incidirá sobre todas as operações com bens e serviços, substituindo imediatamente o ICMS e o ISS. A CBS incidirá apenas sobre operações financeiras, substituindo o IOF, e o IBS substituirá o IRPJ.

(E) O IBS, imposto de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, com legislação uniforme, incidirá sobre operações com bens materiais, imateriais e serviços e substituirá o ICMS e o ISS, que serão extintos em 2033.

4. (2026)

Conforme a Constituição Federal, o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços

(A) terá independência técnica, administrativa, política, orçamentária e financeira, tendo competência para editar regulamento do IBS, uniformizar a interpretação e a aplicação da legislação do imposto e para cobrar administrativamente o valor do IBS declarado e não recolhido.

(B) terá competência para editar Regulamento único, uniformizar a interpretação e a aplicação da legislação do IBS e da CBS, e decidir o contencioso administrativo destes tributos.

(C) reterá, antes de fazer a distribuição do produto da arrecadação do IBS, o montante equivalente ao saldo acumulado de créditos do imposto não compensados pelos contribuintes e não ressarcidos ao final de cada período de apuração.

(D) distribuirá o produto da arrecadação do IBS, diariamente, vedada qualquer retenção ou dedução, ao ente federativo de destino das operações, independentemente de que o destinatário tenha se creditado ou não do imposto.

(E) reterá e distribuirá aos Municípios um quarto do valor apurado do IBS estadual, conforme o disposto em lei complementar, sendo 65%, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações tributadas pelo IBS, realizadas em seus territórios.

5. (2026)

Conforme o Sistema Tributário Nacional e o disposto na Constituição Federal de 1988, a competência tributária é indelegável. No entanto, a capacidade tributária ativa (função de arrecadar e fiscalizar) pode ser objeto de delegação. Diante

do advento da Reforma Tributária (Emenda Constitucional n.º 132/2023) e da criação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), é **correto** afirmar, quanto à capacidade tributária, que

(A) o IBS é de competência compartilhada entre estados, DF e municípios, sendo a capacidade ativa exercida de forma coordenada pelo Comitê Gestor, preservadas as atribuições de fiscalização e lançamento dos respectivos entes, conforme dispuser a lei complementar.

(B) a competência para instituir o IBS está na esfera de atribuição do Comitê Gestor, composto por representantes dos estados, do DF e dos municípios, a quem compete atuar de forma independente e centralizada na arrecadação e fiscalização, com o objetivo de buscar a máxima eficiência tributária.

(C) o IBS possui envergadura de tributo federal, cuja competência foi transferida para a União, a quem caberá promover a arrecadação e o repasse aos estados, ao DF e aos municípios, a fim de diminuir o alto custo de conformidade e simplificar o procedimento arrecadatório.

(D) a capacidade ativa do IBS pode ser delegada a pessoas jurídicas de direito privado, mediante procedimento licitatório a ser conduzido pelo Comitê Gestor, com a finalidade de otimizar a eficiência da arrecadação, sendo vedada, nesse caso, a delegação da competência tributária.

(E) a reforma tributária extinguiu a distinção entre competência e capacidade tributária ativa em relação ao IBS, fundindo-as e atribuindo-as ao Senado Federal, que fixará a alíquota de referência.

6. (2026)

Compete ao Comitê Gestor do IBS

I. editar regulamento único e uniformizar a interpretação e aplicação da legislação do imposto.

II. arrecadar o imposto, efetuar compensações e distribuir o produto da sua arrecadação entre estados, Distrito Federal e municípios.

III. decidir o contencioso administrativo e efetuar a representação judicial dos entes no contencioso judicial envolvendo a cobrança do IBS. Assinale a opção **correta**.

(A) Apenas o item I está certo.

(B) Apenas o item III está certo.



CONTABILIDADE FISCAL

1. (2026)

A contabilidade desempenha funções que ultrapassam o simples acompanhamento das entradas e saídas de dinheiro, pois registra, controla, demonstra e analisa os acontecimentos que provocam alterações no patrimônio. Considerando o conceito e a natureza da contabilidade, assinale a alternativa correta.

(A) A contabilidade é classificada como ciência exata porque utiliza exclusivamente cálculos matemáticos para determinar o saldo disponível em caixa.

(B) A contabilidade é uma técnica financeira destinada apenas ao controle das receitas recebidas e das despesas efetivamente pagas.

(C) A contabilidade é uma ciência social aplicada, pois possui objeto, métodos e procedimentos próprios e utiliza seus conhecimentos para solucionar problemas concretos relacionados ao patrimônio das entidades.

(D) A principal finalidade da contabilidade é atender às exigências tributárias, sendo secundária a produção de informações para gestores e investidores.

(E) O objeto central da contabilidade é exclusivamente o resultado econômico, não abrangendo bens, direitos e obrigações.

2. (2026)

Uma entidade possui dinheiro em caixa, mercadorias destinadas à venda, valores a receber de clientes, máquinas utilizadas na produção e obrigações com fornecedores. De acordo com o objeto de estudo da contabilidade, assinale a alternativa correta.

(A) O objeto da contabilidade é o patrimônio da entidade, compreendido como o conjunto de bens, direitos e obrigações sujeitos a registro, controle e análise.

(B) O objeto da contabilidade corresponde somente aos bens materiais que estejam fisicamente sob a posse da entidade.

(C) Os direitos e as obrigações são elementos financeiros, mas não integram o patrimônio contábil.

(D) O patrimônio é formado apenas pelos recursos próprios investidos pelos sócios, não abrangendo recursos obtidos de terceiros.

(E) As receitas e as despesas constituem o patrimônio da entidade, enquanto os bens e as obrigações representam apenas informações complementares.

3. (2026)

O patrimônio deve ser examinado sob os aspectos qualitativo e quantitativo. Ao analisar uma empresa que possui dinheiro, veículos, estoques, contas a receber e empréstimos bancários, assinale a alternativa que apresenta corretamente esses dois aspectos.

(A) O aspecto qualitativo apresenta o valor monetário dos elementos, enquanto o quantitativo identifica a finalidade de cada conta.

(B) O aspecto qualitativo considera apenas os bens materiais, e o quantitativo considera apenas os direitos e as obrigações.

(C) O aspecto quantitativo identifica se determinado elemento pertence ao ativo ou ao passivo, independentemente de seu valor.

(D) O aspecto qualitativo informa o total do patrimônio líquido, enquanto o quantitativo demonstra somente o valor das obrigações.

(E) O aspecto qualitativo identifica a natureza e a função de cada elemento, enquanto o quantitativo apresenta sua expressão monetária.

AMOSTRA

4. (2026)

Uma entidade apresenta os seguintes elementos patrimoniais: bens no valor de 150 mil reais, direitos no valor de 40 mil reais e obrigações no valor de 135 mil reais. Considerando a equação fundamental do patrimônio, assinale a alternativa correta.

- (A) O ativo é de 150 mil reais, e a situação líquida é negativa em 15 mil reais.
- (B) O ativo é de 190 mil reais, e a situação líquida é positiva em 55 mil reais.
- (C) O passivo total é de 190 mil reais, e o patrimônio líquido é nulo.
- (D) A situação líquida é negativa em 95 mil reais, pois as obrigações devem ser subtraídas somente dos direitos.
- (E) O patrimônio líquido é de 325 mil reais, correspondente à soma dos bens, direitos e obrigações.

5. (2026)

Em determinado mês, uma empresa prestou serviços no valor de 30 mil reais, dos quais recebeu apenas 10 mil reais. As despesas incorridas no período totalizaram 18 mil reais, embora somente 12 mil reais tenham sido efetivamente pagas. Considerando os regimes de caixa e de competência, assinale a alternativa correta.

- (A) Pelo regime de caixa, o resultado foi positivo em 12 mil reais, e pelo regime de competência, negativo em 2 mil reais.
- (B) Os dois regimes apuram resultado positivo de 12 mil reais, pois consideram todas as operações realizadas.
- (C) Pelo regime de caixa, o resultado foi positivo em 18 mil reais, enquanto o regime de competência apresentou resultado nulo.
- (D) Pelo regime de caixa, houve resultado negativo de 2 mil reais, enquanto pelo regime de competência houve resultado positivo de 12 mil reais.
- (E) Pelo regime de competência, somente os valores recebidos e pagos devem ser considerados, resultando em prejuízo de 2 mil reais.

6. (2026)

Uma empresa pagou, em janeiro, 24 mil reais por um contrato de seguro que produzirá cobertura durante doze meses. De acordo com o regime de competência, assinale a alternativa correta.

- (A) No momento do pagamento, o valor deve ser inicialmente reconhecido como ativo, sendo apropriada uma despesa mensal de 2 mil reais durante os doze meses de cobertura.
- (B) Todo o valor de 24 mil reais deve ser reconhecido como despesa em janeiro, pois houve saída integral de dinheiro nesse mês.
- (C) O pagamento deve ser registrado diretamente como redução do patrimônio líquido, sem utilização de conta de despesa.
- (D) O valor deve permanecer integralmente no ativo até o encerramento do contrato, quando será reconhecido como despesa.
- (E) O pagamento antecipado deve ser tratado como obrigação, pois a seguradora ainda prestará o serviço ao longo do tempo.

7. (2026)

Conforme o artigo 177 da Lei nº 6.404/1976, a escrituração das sociedades por ações deve observar determinados critérios. Assinale a alternativa que apresenta corretamente uma dessas exigências.

- (A) A escrituração poderá ser alterada livremente para atender à legislação tributária, mesmo que isso modifique as demonstrações previstas na Lei nº 6.404/1976.
- (B) A escrituração deverá ser elaborada exclusivamente pelo regime de caixa, independentemente da natureza das operações.
- (C) A escrituração deverá ser mantida em registros permanentes, observar os princípios contábeis e os preceitos da legislação comercial e societária e respeitar o regime de competência.
- (D) Os registros contábeis poderão ser mantidos sem documentação, desde que os valores estejam corretamente calculados.
- (E) As sociedades por ações estão dispensadas da manutenção dos livros Diário e Razão quando utilizarem sistemas eletrônicos.

AUDITORIA FISCAL

1. (2026)

Uma organização pretende instituir uma atividade capaz de examinar informações, operações, controles, registros e processos administrativos, com o objetivo de produzir conclusões tecnicamente fundamentadas para os gestores. Considerando o conceito e a finalidade da auditoria, assinale a alternativa correta.

- (A) A auditoria limita-se à conferência matemática dos registros contábeis e financeiros.
- (B) A auditoria tem como finalidade principal substituir os gestores responsáveis pelas decisões organizacionais.
- (C) A auditoria é um processo sistemático de obtenção, análise e avaliação de evidências, destinado a formar conclusões sobre a adequação, a confiabilidade, a conformidade ou o desempenho do objeto examinado.
- (D) A auditoria somente pode ser realizada quando houver suspeita previamente comprovada de fraude.
- (E) A auditoria dispensa planejamento e documentação quando o profissional possui experiência suficiente.

2. (2026)

A auditoria interna integra a estrutura da própria entidade, mas precisa manter condições que permitam a realização de exames imparciais. Nesse contexto, a independência funcional da auditoria interna caracteriza-se pela:

- (A) autonomia para definir o escopo dos trabalhos, acessar informações e comunicar achados relevantes sem interferência indevida.
- (B) separação jurídica obrigatória entre a equipe de auditoria interna e a entidade examinada.
- (C) possibilidade de assumir funções gerenciais nas áreas consideradas de maior risco.
- (D) subordinação direta aos responsáveis pelos processos operacionais auditados.
- (E) impossibilidade de prestar serviços de avaliação ou de consultoria dentro da organização.

3. (2026)

A respeito da auditoria independente das demonstrações contábeis, analise a situação em que o auditor executa procedimentos planejados com base em risco, materialidade e julgamento profissional. Ao final, o auditor emite opinião sobre a adequada apresentação das demonstrações. Esse trabalho:

- (A) proporciona garantia absoluta de que não existem erros ou fraudes nas demonstrações.
- (B) transfere ao auditor a responsabilidade pela elaboração das demonstrações contábeis.
- (C) exige o exame integral de todas as transações realizadas pela entidade durante o período.
- (D) elimina as limitações relacionadas à amostragem, às estimativas contábeis e à possibilidade de conluio.
- (E) busca obter segurança razoável, reconhecendo que existem limitações inerentes ao trabalho de auditoria.

4. (2026)

Ao comparar auditoria interna e auditoria independente, verifica-se que ambas examinam informações e controles, mas apresentam diferenças quanto ao vínculo, aos destinatários e ao escopo. Assinale a alternativa que apresenta corretamente essa distinção.

- (A) A auditoria independente integra a estrutura da entidade, enquanto a auditoria interna é contratada exclusivamente por usuários externos.
- (B) A auditoria interna atende prioritariamente à administração e à governança, enquanto a auditoria independente dirige sua opinião aos usuários das informações examinadas.
- (C) A auditoria interna limita-se às demonstrações contábeis, enquanto a independente examina permanentemente todos os processos operacionais.

AMOSTRA

(D) A auditoria independente pode assumir funções administrativas, ao passo que a auditoria interna não pode apresentar recomendações.

(E) Os relatórios das duas modalidades possuem necessariamente os mesmos destinatários e a mesma forma de circulação.

5. (2026)

Uma equipe de auditoria interna foi encarregada de examinar compras, folha de pagamento, tecnologia da informação, segurança, contratos, estoques e atendimento ao público. Considerando as características do escopo da auditoria interna, essa situação demonstra que:

(A) o escopo da auditoria interna deve permanecer restrito às contas contábeis de maior valor.

(B) a auditoria interna somente pode examinar atividades previstas em normas de auditoria independente.

(C) o escopo deve ser definido exclusivamente de acordo com solicitações das áreas operacionais.

(D) o escopo da auditoria interna pode ser amplo, variável e orientado pelos riscos, pela relevância estratégica e pelo histórico de falhas.

(E) a amplitude do escopo autoriza os auditores a assumir a responsabilidade pela execução dos controles examinados.

6. (2026)

Durante um trabalho, o auditor interno identificou deficiência no processo de autorização de pagamentos e recomendou a implantação de novo controle. A administração solicitou que ele passasse a executar pessoalmente esse controle. De acordo com os limites da atividade de auditoria, o auditor deve:

(A) aceitar a solicitação, pois a auditoria interna também exerce responsabilidade executiva.

(B) assumir o controle temporariamente e dispensar o acompanhamento posterior.

(C) recusar a responsabilidade executiva, pois compete à administração estabelecer e executar controles, enquanto o auditor avalia, testa, comunica e recomenda.

(D) assumir o controle, desde que informe a situação no relatório final.

(E) substituir definitivamente o gestor responsável pelo processo considerado deficiente.

7. (2026)

O planejamento de auditoria determina a natureza, a época e a extensão dos procedimentos que serão executados. Em relação ao planejamento baseado em riscos, assinale a alternativa correta.

(A) Uma vez aprovado, o planejamento não pode ser alterado durante a realização do trabalho.

(B) Novas informações obtidas durante a auditoria podem exigir mudanças de escopo, ampliação de testes ou redefinição das prioridades.

(C) Áreas de maior risco devem receber menos procedimentos, pois a possibilidade de erro já é conhecida.

(D) O planejamento da auditoria independente dispensa o conhecimento da entidade e de seu ambiente.

(E) O planejamento deve concentrar recursos nas áreas de menor impacto financeiro e operacional.

8. (2026)

Em determinado trabalho, o auditor entrevistou o responsável por um setor, que afirmou que todas as conciliações bancárias haviam sido realizadas corretamente. Considerando a força das evidências de auditoria, o procedimento mais adequado é:

(A) aceitar integralmente a afirmação, pois a indagação possui força superior à confirmação externa.

(B) dispensar qualquer teste adicional, desde que a entrevista tenha sido formalmente registrada.

(C) concluir pela eficácia do controle apenas com base na experiência do responsável.

(D) substituir a indagação por nova entrevista realizada com o mesmo responsável.

(E) corroborar a informação por meio de documentos, observação, recálculo, confirmação ou outro procedimento compatível.

PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO E ESTRUTURA ADMINISTRATIVA TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

1. (2026)

A Lei Municipal nº 5.420/1999 estabelece normas relacionadas à atuação da Administração Tributária do Município de Guarulhos. Considerando o campo de aplicação definido expressamente pelo art. 1º dessa Lei, assinale a alternativa correta.

(A) A Lei disciplina exclusivamente o julgamento dos recursos apresentados contra decisões tributárias de primeira instância.

(B) A Lei trata apenas das atividades de fiscalização relacionadas aos impostos municipais, não alcançando taxas ou penalidades.

(C) A Lei regula as disposições gerais do procedimento tributário, as medidas preliminares, os atos iniciais de exigência do crédito tributário, a consulta, o processo administrativo tributário e a responsabilidade de agentes e inspetores fiscais.

(D) A Lei estabelece somente as regras de inscrição dos créditos municipais em dívida ativa e de ajuizamento da execução fiscal.

(E) A Lei regulamenta os procedimentos tributários estaduais aplicáveis subsidiariamente ao Município de Guarulhos.

2. (2026)

Durante a tramitação de determinado processo administrativo tributário, o contribuinte foi intimado em uma segunda-feira e recebeu prazo de dez dias para praticar um ato. A respeito da contagem e da prorrogação dos prazos, conforme os arts. 2º e 3º da Lei Municipal nº 5.420/1999, assinale a alternativa correta.

(A) Os prazos são contínuos, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento, e somente se iniciam e vencem em dias de expediente normal no órgão competente, podendo o prazo para diligência ser prorrogado mediante despacho fundamentado.

(B) Os prazos são contados apenas em dias úteis, incluindo-se o dia do início e excluindo-se o dia do vencimento.

(C) Os prazos são improrrogáveis, inclusive quando houver circunstâncias especiais que dificultem a realização de diligência.

(D) O dia do início e o dia do vencimento são excluídos da contagem, independentemente da existência de expediente normal.

(E) A autoridade julgadora pode prorrogar qualquer prazo processual, sem necessidade de fundamentação ou demonstração de circunstância especial.

3. (2026)

Os arts. 4º e 5º da Lei Municipal nº 5.420/1999 disciplinam as formas de ciência dos atos e decisões e o momento em que a intimação ou notificação é considerada realizada. Com base nesses dispositivos, assinale a alternativa correta.

(A) A ciência somente pode ocorrer pessoalmente, sendo vedada a utilização de carta registrada ou edital.

(B) A intimação por edital é considerada realizada na própria data da publicação, independentemente de qualquer prazo adicional.

(C) A carta registrada pode ser utilizada sem aviso de recebimento, considerando-se realizada a intimação cinco dias após a postagem.

(D) O edital pode ser utilizado sempre que o sujeito passivo se recusar a assinar a intimação pessoal, ainda que seu domicílio tributário seja conhecido.

(E) A ciência pode ocorrer pessoalmente, por carta registrada com aviso de recebimento ou por edital, quando desconhecido o domicílio tributário, presumindo-se feita por edital trinta dias após a afixação ou publicação.

4. (2026)

De acordo com o art. 7º da Lei Municipal nº 5.420/1999, a notificação de lançamento deverá apresentar determinados elementos obrigatórios, destinados a permitir que o sujeito passivo compreenda a exigência tributária e exerça seu direito de defesa. Assinale a alternativa correta.

AMOSTRA

(A) A notificação deverá conter apenas o valor do crédito tributário e o nome do servidor que realizou a fiscalização.

(B) A notificação deverá conter a qualificação do notificado, as características do imóvel, quando cabíveis, o valor e a natureza do crédito, os prazos para recolhimento e impugnação, a disposição legal infringida e a penalidade, dispensando-se assinatura quando emitida por processo mecanográfico ou eletrônico.

(C) A ausência de indicação do prazo para impugnação é irrelevante, pois esse prazo sempre será presumido pelo contribuinte.

(D) A notificação eletrônica será válida somente quando contiver assinatura manuscrita do chefe do órgão expedidor.

(E) A indicação da disposição legal infringida é proibida, pois a fundamentação deve constar apenas do processo administrativo interno.

5. (2026)

Uma empresa recebeu termo de início de fiscalização referente a fatos ocorridos em períodos anteriores. Posteriormente, tentou realizar o pagamento espontâneo dos tributos relacionados à matéria fiscalizada, pretendendo afastar as penalidades aplicáveis. Considerando os arts. 9º a 11 da Lei Municipal nº 5.420/1999, assinale a alternativa correta.

(A) O procedimento fiscal somente se inicia com a lavratura do auto de infração e imposição de multa.

(B) A lavratura do termo de apreensão de documentos não caracteriza o início do procedimento fiscal.

(C) O início da fiscalização não produz qualquer efeito sobre a espontaneidade do sujeito passivo.

(D) O procedimento fiscal pode ter início com o termo de fiscalização, o termo de apreensão, o auto de infração ou qualquer ato que caracterize a apuração do crédito, excluindo a espontaneidade do sujeito passivo quanto aos atos anteriores.

(E) O processo tributário pode ser organizado sem ordem cronológica e sem numeração de suas folhas e documentos.

6. (2026)

Durante uma fiscalização, foram constatadas várias infrações relativas ao mesmo tributo, todas decorrentes de um único fato e comprovadas pelos mesmos documentos fiscais. Conforme o art. 10 da Lei Municipal nº 5.420/1999, assinale a alternativa correta.

(A) Cada infração deverá obrigatoriamente ser formalizada em processo administrativo independente.

(B) A exigência poderá ser formalizada em um único instrumento, alcançando todas as infrações e todos os infratores, desde que decorram do mesmo fato e dependam dos mesmos elementos de convicção.

(C) A Administração deverá escolher apenas uma das infrações, renunciando à cobrança das demais.

(D) As infrações somente poderão ser exigidas mediante notificação de lançamento, sendo vedada a lavratura de auto de infração.

(E) A formalização conjunta somente será possível se as infrações se referirem a tributos municipais diferentes.

7. (2026)

O art. 12 da Lei Municipal nº 5.420/1999 estabelece as regras aplicáveis ao termo de fiscalização. A respeito desse documento e do prazo para conclusão da fiscalização, assinale a alternativa correta.

(A) O termo deve indicar apenas a data de início da fiscalização, não sendo necessária a indicação da data final ou do período fiscalizado.

(B) O termo de fiscalização somente pode ser lavrado em documento separado, sendo proibido registrá-lo em livro de escrita fiscal.

(C) A assinatura do fiscalizado constitui formalidade essencial, e sua recusa implica agravamento automático da penalidade.

(D) O termo deverá registrar as circunstâncias apuradas, o período fiscalizado e os documentos examinados, e o agente fazendário terá, em regra, o prazo máximo de sessenta dias para concluir a fiscalização.

(E) A fiscalização deverá ser concluída em vinte dias, sendo vedada qualquer prorrogação, ainda que exista justo motivo.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

